

MP quer explicações de diretores do Senado

Investigação de recebimento de comissão por parte do ex-representante do Governo da Bahia será ampliada

● BRASÍLIA. A investigação que o Ministério Público fará para apurar denúncias contra o representante do Governo da Bahia, Rubens Gallerani, acusado de receber propina da empresa Aceco, uma das fornecedoras do Senado, chegará aos diretores da Casa. O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, e a diretora do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), Regina Borges, terão de explicar ao Ministério Público do DF por que dispensaram de licitação a compra do equipamento denominado sala-cofre.

Segundo o procurador Luís

Francisco Souza, já existe um procedimento de investigação em andamento no Ministério Público envolvendo o Prodasen por dispensa ilegal de licitação neste caso, e agora o processo vai ser estendido para investigar também as ligações nebulosas de Gallerani com a empresa Aceco.

O equipamento destinado a proteger o banco de dados foi adquirido da Aceco por R\$ 4.539.100. Quinta-feira, quando estourou o escândalo, o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), convocou Regina Borges e Agaciel para explicarem a relação do

Senado com a Aceco. Regina disse que a empresa foi beneficiada porque era a única fornecedora do produto no país. Mas, pelo procedimento de investigação já instaurado pelo Ministério Público, Regina e Agaciel não prestaram informações corretas.

— O curioso é que antes da gestão do senador Antônio Carlos Magalhães, amigo de Rubens Gallerani, a empresa Aceco não tinha nenhum contrato com o Senado. Vamos investigar o Gallerani, o Agaciel, a diretora do Prodasen e todos que estiverem relacionados com o caso — disse Luís Francisco.

No gabinete de Antônio Carlos, Agaciel explicou que tanto as compras de móveis para a Biblioteca, no valor de R\$ 1,6 milhão, quanto a compra da sala-cofre, foram decididos e encarregados pelo primeiro-secretário, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB). No total, a Aceco conseguiu contratos no valor de cerca de R\$ 6 milhões com o fornecimento de móveis e equipamentos de informática ao Senado.

— Após assegurar-se de que somente havia um único fornecedor dos equipamentos requeridos, abriu-se processo regular de compra fundamen-

tado no inciso 1 da lei 8.666. Obviamente, se só há um fornecedor, não há como selecionar. Restava o rigoroso exame de preço, qualidade, o que foi feito com esmero, afirmou o senador Ronaldo Cunha Lima em matéria paga publicada nos jornais de ontem.

Em Salvador, o senador Antônio Carlos atribuiu a manobras de inimigos políticos o que considera a exagerada repercussão do caso Gallerani. Segundo ele, o objetivo dos inimigos é tentar envolvê-lo no caso para, com isso, desviar as atenções das acusações, também de enriquecimento ilícito, que pesam contra

o presidente do PMDB, Jader Barbalho, candidato a sucedê-lo na Presidência do Senado.

Antônio Carlos reafirmou que era amigo de Gallerani, mas disse que, em vez de riqueza, o ex-chefe do escritório da Bahia vivia pedindo sua interferência para melhorar o seu salário. Lembrou que chegou a custear do próprio bolso um tratamento de saúde que Gallerani fez no Hospital Albert Einstein, em São Paulo.

— Foram R\$ 8 mil. E será que eu pagaria R\$ 8 mil para alguém que tivesse um patrimônio desses? — perguntou o senador. ■